



Questões teóricas e metodológicas das pesquisas com crianças: algumas reflexões

Theoretical and methodological issues in research with children: some reflections

Ana Paula Cordeiro^[a], Luciana Aparecida de Araujo Penitente^[b]

^[a] Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), professora assistente do Departamento de Didática da mesma instituição, Marília, SP - Brasil, e-mail: napcordeiro@marilia.unesp.br

^[b] Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), professora assistente do Departamento de Didática da mesma instituição, Marília, SP - Brasil, e-mail: lucianapenitente@marilia.unesp.br

Resumo

Pensar a pesquisa com crianças, dando vez e voz a elas é uma discussão que se faz ainda recente. Com o intuito de estabelecer algumas reflexões em torno das questões teóricas e metodológicas das pesquisas com crianças esperamos, com esse artigo dar visibilidade a pressupostos teóricos de autores que se preocupam em colocar a criança e a infância no centro do processo de pesquisa. Contribuindo com essa discussão, esse texto será dividido em três momentos: inicialmente trazemos algumas contribuições da Sociologia da Infância e das diversas áreas do conhecimento para pensar a pesquisa com crianças. Num segundo momento, nos propomos a discutir alguns métodos e procedimentos que podem favorecer o desenvolvimento das pesquisas com crianças. Ao traçar a evolução histórica

relacionada às pesquisas com crianças e resgatar a concepção de infância e de criança enquanto ser ativo e produtor de cultura, nos dirigimos para o terceiro momento do trabalho, apresentando alguns resultados e conclusões desse estudo, que podem orientar o nosso olhar na busca de instrumentos de pesquisas capazes de captar o que as crianças pensam, sentem e constroem no mundo em que vivem e convivem.

Palavras-chave: Educação. Infância. Criança. Pesquisa com crianças. Questões teóricas e metodológicas

Abstract

Thinking about research with children, giving time and voice to them is a discussion that is still fresh. Thus, in order to establish some reflections on the theoretical and methodological issues in research with children, we hope with this article to give visibility to the theoretical assumptions of authors who are concerned to place the child and childhood in the center of the research process. Thus, contributing to this discussion, this text is divided into three stages: initially bring some contributions of sociology of childhood and the various fields of knowledge to think about research with children. Secondly, we propose to discuss some methods and procedures that may favor the development of research with children. When we trace the historical development related to research with children and recover the concept of childhood and child while being active and producer of culture, we headed for the third time this work presents some results and conclusions, which can direct our gaze on pursuit of research instruments that capture what children think, feel and build in the world that they live and live together.

Keywords: Education. Childhood. Child. Research with children. Theoretical and methodological issues.

Introdução

Neste texto temos por objetivo desenvolver uma reflexão relacionada a questões teóricas e metodológicas de pesquisas com crianças. Visamos, com esse trabalho, dar visibilidade de pressupostos de autores

que debruçaram seu olhar sobre a infância e sobre a temática da criança como objetos de pesquisa, revelando caminhos para pensar sobre como desenvolver pesquisas tendo como foco a criança e a infância.

Para tanto, partimos de uma concepção de criança que vai ao encontro de pesquisas na área e de avanços na legislação voltada para a criança pequena. No texto do artigo 4º da Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, consta que:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 1).

Neste artigo das Diretrizes encontramos uma concepção que afirma que a criança é sujeito histórico e de direitos, criativa e produtora de cultura. Tal concepção é fruto de uma longa construção histórica, resultado de inúmeros fatores que foram responsáveis pelos avanços educacionais relacionados à criança pequena e pela visibilidade dada à infância como importante etapa do desenvolvimento humano.

Segundo Kramer (2001), com a ascensão do sistema capitalista, o chamado “sentimento de infância”, ou seja, a ideia de que a criança é um ser diferente do adulto, com singularidades e potencialidades, consolidou-se no âmbito social e educacional. O processo educacional tornou-se importante no sentido de educar a criança e de protegê-la das agressões do meio social. Inúmeras áreas de conhecimento passaram a se interessar pela criança e por seu processo de desenvolvimento: Psicologia, Filosofia, Sociologia, História, Antropologia, etc. A infância, enquanto forma estrutural (CORSARO, 2011), enquanto categoria social e a criança passaram a ser foco de estudos e pesquisas de inúmeros autores.

Dessa forma, tem-se ampliado nas últimas décadas os estudos e pesquisas que discutem a questão da infância e sua respectiva educação

trazendo mudanças significativas às políticas destinadas à infância e à criança. Nesse contexto de mudanças podemos destacar, no Brasil, a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), que reconhecem e legitimam como dever do Estado o atendimento a crianças de 0 a 6 anos em instituições educativas. Destacamos também a promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em 1990, que em conjunto com outras propostas para a Educação Infantil afirma que a criança é sujeito de direitos. E mais recentemente, a Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009.

As políticas públicas, bem como a legislação voltada para a primeira infância são frutos da evolução em relação às formas de concebermos a infância e a criança. A ideia da criança enquanto sujeito de direitos nos leva a pensar em processos educacionais que atentem para suas reais necessidades, como aponta Faria (apud PRADO, 2005, p. 100, grifo nosso):

[...] a criança deve ser concebida, sim, *como sujeito de direitos. Direito à brincadeira*, como maior fonte de conhecimento, de ampliação e qualidade de movimentos, sensibilidades e emoções das crianças, apontado nas Propostas em Educação Infantil brasileiras que atentam para a necessidade do reconhecimento da criança como ser social, produtor de cultura.

Como seres sociais e produtores de cultura, [...] as “crianças estão merecendo estudos como crianças”, afirma Corsaro (1997, apud COLL DELGADO; MÜLLER, 2005, p. 162), uma vez que são sujeitos ativos, produtores de cultura, que contribuem para a construção do mundo dos adultos, enfim, contribuem na construção social.

Ao conhecermos as crianças aprendemos mais sobre a sociedade em que vivemos. Aprendemos a conhecer o que é produzido, reproduzido e transformado por elas por meio de sua ação social; os significados sociais que estão sendo socialmente aceitos e transmitidos, o modo como as crianças constroem e transformam o significado das coisas e as próprias relações sociais (ROCHA, 2008, p. 48).

Contribuições da Sociologia da Infância e das diversas áreas do conhecimento para a pesquisa com crianças

Muito se fala a respeito das contribuições da Psicologia para a compreensão do que é ser criança, de seu processo de desenvolvimento e de métodos relacionados a coletas de dados nesse sentido. Consideramos, no entanto, que outras áreas do conhecimento podem trazer valiosas contribuições para pensarmos a respeito de pressupostos teóricos e metodológicos voltados para pesquisas com crianças. Iniciamos por tratar das contribuições dadas pela Sociologia da Infância. Por meio de tal referencial, podemos tecer uma visão de infância e de criança, necessária para que adentremos no campo da pesquisa com crianças. Dentro dessa perspectiva, as crianças têm voz e muitas coisas a nos informar. Corsaro (2011, p. 15) afirma que “as crianças são agentes sociais, ativos e criativos, que produzem suas próprias e exclusivas culturas infantis, enquanto, simultaneamente, contribuem para a produção das sociedades adultas”. A infância é considerada como um período socialmente construído, uma forma estrutural:

Quando nos referimos à infância como uma forma estrutural queremos dizer que é uma categoria ou uma parte da sociedade, como classes sociais e grupos de idade. Nesse sentido, as crianças são membros ou operadores de suas infâncias. Para as próprias crianças, a infância é um período temporário. Por outro lado, para a sociedade, a infância é uma forma estrutural permanente ou categoria que nunca desaparece, embora seus membros mudem continuamente e sua natureza e concepção variem historicamente. É um pouco difícil reconhecer a infância como uma forma estrutural porque tendemos a pensar nela exclusivamente como um período em que as crianças são preparadas para o ingresso na sociedade. Mas as crianças já são uma parte da sociedade desde seu nascimento, assim como a infância é parte integrante da sociedade (CORSARO, 2011, p. 15-16).

Os estudos de Corsaro foram realizados em países como Estados Unidos da América e Itália, buscando uma compreensão da criança em ambientes coletivos e dentro do que o autor chama de “cultura de pares”.

O uso do termo “pares,” refere-se a grupos de crianças que passam parte do tempo juntas frequentemente. Para a Sociologia da Infância, “as crianças produzem uma série de culturas locais que se integram e contribuem para as culturas mais amplas de outras crianças e adultos a cujo contexto elas estão integradas” (CORSARO, 2011, p. 127). Para Corsaro (2011), a documentação e a compreensão de como se dão as relações nas culturas de pares devem ser um tema central na Sociologia da Infância.

O autor também afirma que grande parte do pensamento sociológico relacionado à criança e à infância provém de teorias sobre socialização humana. Aponta o modelo determinista de socialização, destacando o pensamento dos funcionalistas e dos reprodutivistas. Dentro da perspectiva funcionalista, que ganhou força nos anos de 1950 e 1960 do século XX, a criança é uma ameaça à sociedade, devendo ser apropriada e “moldada” socialmente. A criança internaliza as normas para adaptar-se ao sistema social. Na visão reprodutivista, a internalização de regras pode ser vista como mecanismo de controle social, levando à reprodução e manutenção de uma sociedade desigual. Corsaro (2011) critica esses modelos, afirmando que neles há excessiva preocupação com os resultados da socialização. Propõe o termo “reprodução interpretativa” no lugar do termo “socialização”, como forma de mostrar que as crianças não apenas internalizam e reproduzem as normas, mas interpretam, criam e recriam em contato com outras crianças e dentro dos diversos grupos sociais. As crianças se desenvolveriam dentro de uma estrutura de “teia global”, ou seja, nas interações com diversos grupos em locais institucionais, a começar pela família, em contato com outras crianças e com adultos. Corsaro (2011) apresenta também as contribuições da psicologia, da história e de outras áreas de conhecimento para pensar sobre a criança e a infância.

A sociologia da infância tem recebido valiosas contribuições das mais diversas áreas de conhecimento e de autores que estudam e ampliam as discussões em torno da infância e dos aspectos teórico-metodológicos das pesquisas com crianças, principalmente quando se espera compreender os diferentes campos e contextos empíricos em que as crianças atuam e interagem entre elas e com adultos. Podemos considerar no campo

da Sociologia da Infância os estudos desenvolvidos, além dos de Corsaro (2011), por autores como Faria, Demartini e Prado (2009). Segundo as autoras, a Sociologia da Infância representa um campo em construção. Afirmando elas que

hoje no Brasil nosso campo de pesquisa está construindo a sociologia da infância que já vem problematizando uma abordagem psicológica predominante nas pesquisas dessa faixa etária que patologiza as crianças pequenas e vê sua educação apenas como uma preparação para o futuro aluno na escola. Para nós, tanto essa criança de 0 a 6 anos como a criança de 7 a 10 anos (que também pode ser aluno) é informante fidedigno (FARIA; DEMARTINI; PRADO, 2009, p. xiii).

Destacamos ainda o importante trabalho de Fernandes (1979), que estudou os agrupamentos infantis de crianças filhas de imigrantes e seu processo de socialização por meio das “trocinhas”, Martins (1993), Montandon (2001), Sirota (2001), Quinteiro (2000, 2002), Gouvêa (2002), Sarmiento (1997, 2000, 2001), Pinto e Sarmiento (1997) (SILVA; BARBOSA; KRAMER, 2008, p. 85).

No campo da Sociologia e da Antropologia, destacamos os estudos de Aguiar (1994), Collarese e Moysés (1996). Nas discussões relacionadas à criança sem infância no Brasil nos reportamos aos trabalhos de Martins (1993) e de Bazílio (1998), Passetti (1999), Irma Rizzini (1999), Irene Rizini (1993), Pilotti e Rizzini (1995) que enfocam questões tais como a história e as políticas públicas voltadas para a infância (SILVA; BARBOSA; KRAMER, 2008, p. 85).

Além desses autores podemos destacar outros que se propõem a constituir uma História da Infância: Ariès (1981), Ariès e Chartier (1991) e os trabalhos de historiadores brasileiros, como Freitas (2001), Tozoni-Reis (2002), Altman (1999), Del Priore (1999), Monarcha (2001), entre outros (SILVA; BARBOSA; KRAMER, 2008, p. 85).

Por outro lado, autores de diferentes áreas do conhecimento têm se debruçado sobre as questões da infância. Em relação à infância e historicidade, cabem-nos ressaltar algumas questões discutidas por

Benjamin (1984). Em “Reflexões, a criança, o brinquedo, a educação”, o autor nos reporta aos territórios da infância, trata dos livros de literatura para crianças, de ilustrações, do jogo, considerado pelo autor como fonte de aprendizado, do brinquedo enquanto objeto cultural, da indústria do brinquedo, entre outras questões. Ainda no campo da infância e historicidade destacamos Pasolini (1990); Gagnebin (1994), Postman (1994) e pesquisadores brasileiros como Souza (1994, 2000); Castro, Garcia e Souza (1997); Castro (2001); Kramer (1993, 1996); Kramer e Leite (1996, 1998) que aliam essa temática às questões da infância e crítica da cultura (SILVA; BARBOSA; KRAMER, 2008, p. 85).

No entanto, embora esses autores tenham se dedicado às crianças e suas culturas como foco de pesquisas, Coll Delgado e Müller (2005) afirmam que ainda precisamos avançar no campo da metodologia com crianças, cujo foco seja suas vozes e ações, pois ainda é muito comum que as decisões educativas sejam tomadas pelos adultos e, por esse motivo, as pesquisas quase sempre apresentam análises indiretas sobre a infância.

Sendo assim, embora a sociologia da infância tenha evidenciado o papel das crianças enquanto atores sociais, uma vez que interagem com os adultos e desenvolvem diferentes formas de participação social, afirmam Coll Delgado e Müller (2005) que ainda precisamos de mais referências que nos indiquem quem são essas crianças.

[...] compreensões do que sejam e do que devam ser as crianças na sociedade multifacetada em que vivemos, mesmo sem termos consciência delas, dirigem nossas atitudes e ações pedagógicas e de pesquisas. Nos âmbitos educativos e de pesquisas, com os sentidos que atribuímos à criança e à infância, planejamos experiências, organizamos espaços e tempos que influenciam diretamente os processos de aprendizagens e, conseqüentemente, de desenvolvimento cultural das crianças. Por meio desses sentidos, podemos aprender a “escutar” e a “observar”, a dar voz e vez a essas pessoas pequenas (LIMA; PENITENTE; CASTRO, 2011, p. 75).

Desse modo, com o intuito de compreender melhor as questões teóricas e metodológicas das pesquisas com crianças, será preciso considerar

não apenas a sua dimensão etária, mas também geracional, articulada às questões de gênero, classe social, raça e etnia (ROCHA, 2008, p. 44).

Discussão sobre métodos e procedimentos ligados às pesquisas com crianças

No campo das pesquisas com crianças, precisamos desconstruir preconceitos e atentar para o que Kramer (2001) chama de visão “adultocêntrica” de mundo. A criança tem muito a contribuir, a dizer e a nos informar. Cabe ao pesquisador ouvir, escutar. Nesse processo de ouvir o outro, no caso, a criança, a linguagem oral deve ser acompanhada de expressões corporais, gestuais e faciais. No caso da escuta da criança pelo adulto, haverá sempre uma interpretação orientada pelas próprias intenções propostas durante a ação comunicativa:

[...] a ênfase na escuta justifica-se pelo reconhecimento das crianças como agentes sociais, de sua competência para a ação, para a comunicação e troca cultural. Tal legitimação da ação social das crianças resulta também de um reconhecimento e de uma definição contemporânea de seus direitos fundamentais – de provisão, proteção e participação (ROCHA, 2008, p. 46).

Com essa escuta, esperamos compreender de um ponto de vista da criança, o que elas fazem, sentem e pensam sobre suas experiências, sobre sua vida, considerando que produzem e reproduzem a cultura adulta, buscando significações acerca de sua própria existência. Nesse sentido, é necessário que

[...] o pesquisador se coloque no ponto de vista da criança e veja o mundo com os olhos da criança, como se estivesse vendo tudo pela primeira vez [...]! Isso vai exigir do pesquisador descentrar seu olhar de adulto para poder entender, pelas falas das crianças, os mundos sociais e culturais da infância [...] (SILVA; BARBOSA; KRAMER, 2008, p. 91).

Além de aprender a ver o mundo com olhos de criança, o pesquisador precisa aprender a ouvir, para que possa compreender gestos, discursos e ações. Segundo Silva, Barbosa e Kramer (2008, p. 86), esse aprender de novo a ver e ouvir, a ficar afastado, participar, anotar, a interagir enquanto observa “se alicerça na sensibilidade e na teoria e é produzido na investigação, mas é também um exercício que se enraíza na trajetória vivida no cotidiano”. Assim, ao pensarmos em uma proposta que privilegie uma metodologia de pesquisa com crianças, há que se considerar a sua experiência social.

Ademais, cabe ao pesquisador considerar a idade das crianças — pois crianças menores podem sentir dificuldades de se expressar apenas oralmente e por isso o pesquisador pode se utilizar também de outras formas de expressão e comunicação, como, jogos e desenhos. Nesse sentido, cabe destacar os trabalhos de Kosminsky (1992) de Gobbi (2005) e de Cordeiro (1997). Em “A infância assistida”, Ethel Kosminsky (1992) apresenta uma metodologia de pesquisas com crianças que privilegia seus desenhos e suas falas, a partir das imagens elaboradas. O trabalho foi desenvolvido junto a crianças assistidas em uma instituição socioeducativa. Por meio dos desenhos, as crianças apresentaram suas representações de casa, de família e falaram sobre seu entorno.

Gobbi (2005) também defende que o desenho, aliado às falas infantis, pode se constituir em importante fonte de registro para que possamos conhecer melhor a criança pequena. Segundo a autora, o desenho e a oralidade são, em seu trabalho, “compreendidos como reveladores de olhares e concepções dos pequenos e pequenas sobre o seu contexto social, histórico e cultural, pensados, vividos, desejados” (GOBBI, 2009, p. 71). A autora, dentro de uma perspectiva histórica, sociológica e antropológica, afirma que as crianças pequenas são “portadoras e criadoras de cultura, desenhistas, falantes, sujeitos de sua história e cujas produções devem ser conhecidas, valorizadas, respeitadas” (2009, p. 73).

Em relação ao jogo, o trabalho de Cordeiro (1997), abordou a criação de peças teatrais coletivas por meio do jogo dramático e teatral, com crianças em situação de vulnerabilidade social assistidas por uma instituição

de caráter filantrópico-educacional. As cenas e peças criadas pelas crianças revelaram muito de suas vidas, entorno e formas de ver o mundo.

No campo da pesquisa com crianças, é preciso considerar também questões: de gênero, pois em muitas culturas as meninas não possuem o mesmo poder que os meninos; o tempo, já que envolver as crianças na pesquisa requer tempo para encontrar formas de ensinar a criança a se expressar; deve-se aprender a escutar, pois, ao dar voz às crianças, é preciso levar em conta também a escuta aos adultos próximos a elas, que podem se sentir excluídos. Também é preciso cuidado com as interferências de adultos que desejam se colocar entre o pesquisador e as crianças. Deve-se considerar o nível de desenvolvimento da linguagem e escolaridade da criança, pois as que frequentam a escola já incorporaram uma forma de reagir a perguntas, sentindo mais dificuldade em se expressar livremente do que as que ainda não tiveram essa experiência e, por fim, deve-se considerar quais crianças são ouvidas dentro do grupo, quais são as mais comunicativas, quais possuem maior liderança e se elas são representativas do grupo (CAMPOS, 2008, p. 38-39).

Vejam a seguir algumas diretrizes metodológicas para a pesquisa com crianças:

- 1) Diretriz: tem a ver com o que é considerado infantil e adulto — é preciso identificar como a criança está inserida no mundo contemporâneo, trazendo diferentes situações em que as crianças estão interagindo. Nesse momento, é importante considerar não só a classe social das crianças na pesquisa, mas também os valores e o momento no qual a criança está inserida. Ademais, a experiência, autoridade e narrativa são três eixos que permeiam a relação adulto-criança e que precisam ser considerados. Não podemos esquecer que os adultos sempre propõem sua interação com as crianças a partir de alguns critérios (SILVA; BARBOSA; KRAMER, 2008, p. 92).
- 2) Diretriz: A segunda diretriz tem origem no conceito bakhtiniano de linguagem, pois, para Bakhtin (1988), a palavra é signo

ideológico e como signo, a palavra ou discurso das histórias de quem fala, de acordo com a história que a circunda adquire diferentes sentidos que são gerados no campo dos sistemas ideológicos abrangentes como cultura, religião e ciência e “tem uma trajetória descendente em direção às experiências cotidianas, enquanto os sentidos produzidos nessas experiências cotidianas fazem uma trajetória ascendente em direção aos sistemas abrangentes” (SILVA; BARBOSA; KRAMER, 2008, p. 92).

- 3) Diretriz: resulta do entendimento de Bakhtin de que fazer pesquisa em Ciências Humanas significa trabalhar textos. Por isso, é importante pensar o que é a linguagem e a concepção de linguagem que orienta a pesquisa. Nessa perspectiva, o interlocutor jamais será passivo. Há sempre uma possibilidade de réplica. Quando falo ou escuto estou colocado em determinado lugar que caracteriza de determinada maneira os sujeitos com quem dialogo ou que observo. Na pesquisa, é fundamental descrever densamente o lugar de onde eu falo e escuto e como explico esses lugares. “A classe social, os indicadores sócio-econômicos, a inserção e as práticas sociais e culturais oferecem o material concreto em que as relações vão sendo estabelecidas e em que são tecidas as histórias; por causa disso precisam ser conhecidos, descritos, considerados” (SILVA; BARBOSA; KRAMER, 2008, p. 93).
- 4) Diretriz: estudar as especificidades dos gêneros discursivos, nesse caso, adultos e crianças. Diferentes práticas sociais e formas de inserção social diferentes levam a organizações de linguagem também diferentes (SILVA; BARBOSA; KRAMER, 2008, p. 93-94).

Por fim, cabe ressaltar também os cuidados éticos em pesquisas com crianças. Cuidados que devem ser observados em qualquer pesquisa que envolva a participação de seres humanos. No Brasil, contamos com a Resolução 196/96, que trata da ética em pesquisa com seres humanos. Observar as determinações desta resolução, bem como oferecer condições propícias para o desenvolvimento da pesquisa são questões fundamentais.

Conclusão

Ao traçarmos a evolução histórica relacionada às pesquisas com crianças, resgatamos neste trabalho uma discussão sobre a evolução do sentimento de infância, da infância vista como categoria estrutural e da criança como ser ativo e construtor de cultura. Apresentamos pressupostos de autores e construções teóricas que se debruçaram sobre a temática, dando visibilidade à criança e à infância. Estudos provenientes da Sociologia, da História, da Filosofia, entre outras áreas de conhecimento podem auxiliar pesquisadores contemporâneos a encontrarem caminhos teóricos e metodológicos originais que os levem a conhecer melhor a infância, a criança e seu processo de desenvolvimento.

Privilegiamos em nosso trabalho o referencial da Sociologia da Infância, proposto principalmente por Corsaro (2011), pois consideramos que seu trabalho analisa a criança e a infância em si, dentro de uma estrutura social, sendo formada por grupos diversos, num processo coletivo. Também apresentamos trabalhos oriundos de campos como a História, Filosofia e Antropologia.

Metodologicamente, apresentamos elementos que consideramos essenciais para a elaboração de instrumentos de pesquisas com crianças, capazes de captar as sutilezas de seu pensamento, formas de agir e de ver o mundo. Questões etárias e geracionais, bem como de gênero, classe social, raça e etnia (ROCHA, 2008) precisam estar articuladas à linguagem oral, corporal (gestual, facial) e a suas produções.

Apresentamos diretrizes capazes de guiar nossos procedimentos na busca de instrumentos de pesquisas capazes de realmente captar o que as crianças pensam e constroem, dentro de uma perspectiva de dar voz a elas e de escutá-las atentamente. Partimos do pressuposto de que não basta apenas dar voz à criança, é preciso pensar em estratégias de troca e de interação. O momento da escuta tem que ser também o momento da representação — da representação coletiva. Em se tratando de crianças, ao buscar compreender seu ponto de vista, há necessidade de se atrelar fala ou diálogos em grupos com desenhos, brincadeiras, jogos e

fotos produzidas pelas próprias crianças. A gravação de suas falas e também de suas atividades pode favorecer uma ampliação e uma relativização do ponto de vista adulto (ROCHA, 2008, p. 49).

Ao dar voz e vez às crianças, o professor ou pesquisador pode revelar os modos de atuação da criança no mundo em situações em que ela, ao mesmo tempo se apropria da cultura historicamente elaborada, também produz uma cultura infantil. Essa cultura infantil pode se expressar de diferentes maneiras, a saber; gestos, brincadeiras, brincadeiras de papéis sociais ou faz-de-conta, jogos protagonizados e movimentos. Como sujeito capaz de produzir uma cultura infantil, a criança passa a assumir na pesquisa o papel de sujeito ativo, capaz de expor seus sentimentos e pensamentos (LIMA; PENITENTE; CASTRO, 2011).

Ao enfatizar a escuta, a criança passa a ser reconhecida como agente social, com competência para a ação, comunicação e troca cultural. Essa “legitimação da ação social das crianças resulta também de um reconhecimento e de uma definição contemporânea de seus direitos fundamentais – de provisão, proteção e participação” (ROCHA, 2008, p. 46).

Mais do que “dar voz” e “vez” às crianças, é preciso aprender a ouvir essas vozes e observar as interações e situações, sem abdicar do olhar do pesquisador e sem cair na tentação de trazer os sujeitos, no caso, as crianças, apenas a partir desse olhar (SILVA; BARBOSA; KRAMER, 2008, p. 95).

Referências

- AGUIAR, C. *Educação, cultura e criança*. Campinas: Papyrus, 1994.
- ALTMAN, R. Z. Brincando na história. In: PRIORE, M. D. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 231-258.
- ARIÈS, F. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- ARIÈS, F.; CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada: da renascença aos séculos das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3.

BAZÍLIO, L. C. Políticas públicas de atendimento à infância: uma política da não política? In: BAZÍLIO, L. et al. (Org.). *Infância tutelada e educação: história, política e legislação*. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. p. 117-132.

BENJAMIN, W. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. *Diário Oficial [da] União, Poder Executivo*, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18.

CAMPOS, M. M. Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: CRUZ, S. H. V (Org.). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 35-42.

CASTRO, L. R. de; GARCIA, C. A.; SOUZA S. J. (Org.). *Infância, cinema e sociedade*. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

CASTRO, L. R. de; GARCIA, C. A.; SOUZA S. J. (Org.). *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: Nau; Faperj, 2001.

COLLARES, C.; MOYSÉS, M. A. Reginaldo: quando as crianças são culpadas. In: COLLARES, C.; MOYSÉS, M. A. *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 15-39.

COLL DELGADO, A. C; MÜLLER, F. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago. 2005.

CORDEIRO, A. P. *Os meninos da rua da descida: uma proposta de arte e vida através do teatro*. 1997. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1997.

CORSARO, W. A. *Sociologia da Infância*. São Paulo: Artmed, 2011.

FARIA, A. L. G. de; DEMARTINI, Z. B. F.; PRADO, P. D. (Org.). Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

FERNANDES, F. As “trocinhas” do Bom Retiro. In: FERNANDES, F. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 153-246.

FREITAS, M. Para uma sociologia histórica da infância no Brasil. In: FREITAS, M. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 11-18.

GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. Campinas: Perspectiva, 1994. p. 83-105.

GOBBI, M. Desenho infantil e oralidade: instrumentos para pesquisas com crianças pequenas. In: FARIA, A. L. G. de; DEMARTINI, Z. B. F.; PRADO, P. D. (Org.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 69-92.

GOUVÊA, M. C. Infância, sociedade e cultura. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARAES, M. (Org.). *Desenvolvimento e aprendizagem*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 13-29.

KOSMINSKY, E. V. A infância assistida. 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 2001.

KRAMER, S. *Por entre as pedras: arma e sonho na escola*. São Paulo: Ática, 1993.

KRAMER, S. Pesquisando infância e educação: um encontro com Walter Benjamin. In: KRAMER, S.; LEITE, M. I. (Org.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papyrus, 1996. p. 13-38.

KRAMER, S.; LEITE, M. I. *Infância e produção cultural*. Campinas: Papyrus, 1998.

KRAMER, S.; LEITE, M. I. (Org.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papyrus, 1996.

LIMA, E. A. de; PENITENTE, L. A. A.; CASTRO, R. M. de. Crianças, práticas pedagógicas e práticas de pesquisa: algumas reflexões e desafios. In: CHAVES, M.; SETOGUTI, R. I.; VOLSI, M. E. F. (Org.). *A função social da escola: das políticas públicas às práticas pedagógicas*. Maringá: Eduem, 2011. p. 73-83.

MARTINS J. S. (Org.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MONARCHA, C. (Org.). *Educação da infância brasileira: 1875 a 1983*. São Paulo: Autores Associados, 2001.

MONTANDON, C. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 33-60, mar. 2001.

MÜLLER, F.; CARVALHO, A. M. A. (Org.). *Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro*. São Paulo: Cortez, 2009.

PASOLINI, P. P. *Os jovens infelizes: antologia de ensaios corsários*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, M. D. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 346-375.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J. *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da criança/Universidade do Minho, 1997.

POSTMAN, N. *Disappearance of childhood*. New York: Vontage Books, 1994.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J. *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da criança/Universidade do Minho, 1997.

PRADO, P. D. Quer brincar comigo? Pesquisa, brincadeira e educação infantil. In: FARIA, A. L. G. de; DEMARTINI, Z. B. F.; PRADO, P. D. (Org.). FARIA, A. L. G. de; DEMARTINI, Z. B. F.; PRADO, P. D. (Org.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 93-111.

QUINTEIRO, J. *Infância e escola: uma relação marcada por preconceitos*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

QUINTEIRO, J. Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em formação. In: FARIA, A. L. G. de; DEMARTINI, Z. B. F.; PRADO, P. D. *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 19-48.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, M. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 376-406.

RIZZINI, I. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Santa Ursula, 1993.

ROCHA, E. A. C. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, S. H. V. *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 43-51.

SARMENTO, M. J. A globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade. In: LEITE FILHO, A.; GARCIA, R. L. (Org.). *Em defesa da educação infantil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 13-28.

SARMENTO, M. J. *Lógicas de ação nas escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: SARMENTO, M. J.; PINTO, M. (Org.). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho, 1997. p. 7-30.

SILVA, J. P. da; BARBOSA, S N. F.; KRAMER, S. Questões teórico-metodológicas da pesquisa com crianças. In: In: CRUZ, S. H. V. *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 2008. p.79-101.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 7-31, mar. 2001.

SOUZA, S. J. *Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. Campinas: Papyrus, 1994.

SOUZA, S. J. (Org.). *Educação@pos-modernidade: ficções científicas e ciências do cotidiano*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

TOZZONI-REIS, M. F. *Infância, escola e pobreza: ficção e realidade*. Campinas: Autores Associados, 2002. (Educação Contemporânea).

Recebido: 21/02/2013

Received: 02/21/2013

Aprovado: 30/06/2013

Approved: 06/30/2013

